



MATRIZ DE FRAGILIDADES, OPORTUNIDADES E RISCOS - FOR

Diagnóstico Propositivo do Plano Diretor do
Município de Recife

Versão Preliminar

Agosto | 2018

MATRIZES DE FRAGILIDADES, OPORTUNIDADES E RISCOS

FOR_ECONOMIA

IDEIA FORÇA	I - O Recife apresentou o menor crescimento do PIB entre 2002 e 2015. Tal dinâmica pode ser associada a um processo de desconcentração espacial da atividade econômica, no qual a cidade vem perdendo importância relativa na economia da RMR e no total do estado			
FOR	Camada de leitura	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Economia		A perda de participação do Recife no PIB estadual decorre principalmente dos investimentos que vêm se concentrando nos municípios ao sul e ao norte da RMR nos últimos dez anos. Novas empresas se instalaram inicialmente em Ipojuca e no Cabo de Santo Agostinho, estas estão relacionadas ao Complexo Industrial Portuário de Suape. Posteriormente em Goiana, com instalação da FIAT e do polo Farmoquímico, e em Itapissuma com a instalação da AMBEV e Cervejaria Petrópolis. Cabe ressaltar também investimentos no setor alimentício em municípios fora da RMR, mais próximos ao Recife, como Vitória de Santo Antão.	Em contrapartida, a implantação das cadeias produtivas Automobilística, Petróleo e Gás, Petroquímica, Alimentos e Bebidas, Farmoquímica na região de influência do Recife, a partir de 2010, (empreendimentos em Suape e Goiana), voltadas, sobretudo, para o mercado nacional, estão contribuindo para o avanço e consolidação da renda urbana comandada pela RMR.	Deseconomias ligadas à implantação de infraestrutura , com o aumento de custos públicos para o atendimento de novos loteamentos dispersos (para a população de alta ou média rendas). Ampliação do sistema de transportes, novos equipamentos públicos, redes de saneamento (adutoras, coletores tronco, aumento das distâncias entre o local de coleta e o aterro), entre outros;
IDEIA FORÇA	II- A estimativa da produtividade do trabalho para o Recife é de reduzido nível e um pouco menor que a do país que é considerada muito baixa no contexto. Não obstante, deve-se considerar que a produtividade do trabalho no Recife é maior, quando comparada com a do seu contexto imediato (Pernambuco e RMR) e com a Fortaleza e Salvador.			
FOR	Camada de leitura	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Economia		Reduzidos níveis de inovação da economia local, extensivo à economia estadual: não só os gastos públicos voltados para o processo de inovação são reduzidos, como, igualmente, são reduzidos os investimentos das empresas orientadas neste sentido. Reduzido nível de qualificação da mão de obra, associado não só às dificuldades de acesso à formação e ao ensino de qualidade e excelência, por parte da população em geral, como ao baixo empenho das unidades de produção na qualificação e no contínuo aperfeiçoamento e atualização da sua mão de obra.	Maior eficiência e competitividade, como o dinamismo recente do seu mercado e a presença de clientes potenciais, reforçada recentemente com a implantação das novas cadeias produtivas. Ambiente cultural do Recife no que se refere à valorização empreendedorismo e ao apoio a ações voltadas para o seu desenvolvimento. Necessidade de potencialização do comércio informal (centro principal e demais centralidades secundárias), e estímulo às atividades produtivas tradicionais (atividades pesqueiras, cooperativas de costureiras etc). Necessidade de potencialização da economia criativa aliada ao conhecimento da academia e setor de TI para alavancar novos negócios.	À semelhança dos jovens com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo, que nem estudam nem trabalham, os maiores percentuais de Mães Chefes de Família Sem Ensino Fundamental Completo e com Filho Menor, se encontram principalmente nos morros e altos da Zona Norte e Noroeste na Ilha de Joaneiro em Campo Grande; Na Região Central: na Ilha Joana Bezerra, Coelhoos, no Coque, nas ZEIS Santo Amaro e João de Barros; nos bairros menos estruturados da Zona Sul (Ibura, Jordão e Cohab) e da Região Sudoeste (Barro), Coqueiral, Sancho, Totó e Curado) e nas ZEIS dispersas pela Cidade.
IDEIA FORÇA	III – Competitividade			
FOR	Camada de leitura	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Economia		Baixa produtividade e competitividade da economia local com incipiente processo de inovação e difusão tecnológica nas empresas locais e a baixa articulação do sistema de C&T com o mundo empresarial. Limitada disponibilidade e acesso à mão de obra qualificada Elevada burocracia nos processos de constituição de médias e pequenas empresas	Articular os centros de C&T com as atividades econômicas Ampliar a oferta e estimular a matrícula em cursos de qualificação técnica profissional e de nível superior	Perda de mercado para grandes cidades da região Redução da competitividade e aumento dos empregos de baixa qualificação Desestímulo ao empreendedorismo e perda de mercado para demais grandes cidades da região
IDEIA FORÇA	IV- A trajetória da economia do Recife, no que se refere à sua estrutura produtiva nos anos recentes, destaca a continuidade do processo de concentração da sua atividade econômica no comércio e serviços, em detrimento da atividade industrial que vem perdendo, sistematicamente, importância relativa.			
FOR	Camada de leitura	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município

Camada de leitura			
Economia	Renda é a dimensão que menos cresce em 138 (71,1%) das UDHS do Recife inclusive nas que já se encontram na faixa de alto e muito alto IDH.	Possibilidade da transformação do parque industrial obsoleto em equipamentos públicos e de cultura a exemplo do caso do Parque da Macaxeira. Especialização do setor de serviços para ofertar produtos não disponíveis em outros centros regionais.	
IDEIA FORÇA	V – Forte desigualdade e precária inclusão social		
FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Economia	Em 2010, os 20% mais ricos se apropriavam de 72,5% da renda enquanto os 20% mais pobres ficavam com apenas 6,2%.	Estimular investimentos, inclusive o empreendedorismo, nas áreas de baixa renda da cidade.	Piora nos indicadores socioeconômicos (desemprego, criminalidade...)
IDEIA FORÇA	VI- Desarticulação metropolitana		
FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Economia	Desarticulação metropolitana, ausência de governança e de cooperação entre os municípios para lidar com a interação e os problemas comuns. Enfraquecimento das instâncias de planejamento metropolitano Integrado	Articulação com os municípios para criação de consórcios com objetivos similares capazes de economizar esforços. Ampliação da capacidade de planejamento integrado para região com a obrigação da realização do PDUI, pelo Estatuto da Metrôpole.	Desenvolvimento desordenado da região e crescimento das pressões sociais principalmente para os municípios mais ricos.
IDEIA FORÇA	VII– Fragilidade da Cidade Polinucleada		
FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Economia	Diversificação limitada a atividades com baixa capacidade de geração de renda nas centralidades secundárias	Ampliar a presença de atividades ligadas aos serviços especializados e da economia criativa	Concorrência desequilibrada entre as centralidades e informalidade

FOR_DEMOGRAFIA

VIII - Baixa fecundidade e população envelhecendo			
IDEIA FORÇA			
FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Demografia	A maior pressão sobre o sistema previdenciário, o aumento da demanda por serviços médicos para esse grupo etário, em geral de custo elevado, tais como atendimentos médicos para doenças degenerativas e cardiovasculares; fisioterapia; terapia ocupacional; dentre outros.	Aumento da população idosa- novos mercados de trabalho, voltados para atender à demanda dessa faixa etária, como por exemplo, cuidadores de idosos, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais Diminuição do peso da população jovem- universalizar e melhorar a qualidade dos serviços de saúde e educação infantil.	Em oito bairros o número de idosos supera o de jovens (índice de envelhecimento maior do que 100). Esses bairros são: Santo Antônio, Soledade, Boa Vista, e Paissandu, na região central do Recife; Derby, Espinheiro, Jaqueira e Graças na região noroeste (RPA 3). Nos demais bairros da cidade a população jovem tem a segunda maior participação no total da população.
IX- Saturação de capacidade de absorção populacional do município sede. Recife e Olinda vêm perdendo participação na população total da RMR.			
IDEIA FORÇA			
FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Demografia	Escassez de área para expansão urbana e conseqüentemente aumento do valor da terra. Saldo líquido migratório negativo na última década- o número de pessoas residentes, que saíram do Recife para residir em outros municípios pernambucanos, superou o contingente populacional que passou a morar na cidade nos últimos 10 anos. Ocasionalmente uma dispersão da urbanização. Alguns bairros sofreram as conseqüências das restrições de parâmetro urbanísticos da Lei dos doze bairros, 2001 e passaram de bairros horizontais para extremamente verticais como Encruzilhada, Rosarinho, Madalena e Torre- com forte processo de verticalização sobre ruas estreitas sobrecarga nos sistemas de infraestrutura de saneamento. As áreas mais carentes da cidade apresentam percentual de negros e pardos acima de 50%, elevado percentual de pessoas vulneráveis à pobreza (com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo) e contingente de crianças e adolescentes maior do que o dobro de pessoas idosas Tanto o IDH, quanto o IVS, apresentam maior fragilidade nos indicadores relacionados à educação, trabalho e renda. Este fato aponta para a necessidade de se investir em políticas públicas voltadas para a universalização do acesso à educação de qualidade, correção do fluxo escolar (reduzindo a distorção idade série, a evasão e a repetência) e com ênfase na capacitação profissional, como forma de viabilizar o engajamento no mercado de trabalho em condições mais competitivas e sustentáveis.	O Recife se encontra na fase de transição demográfica denominada pelos especialistas como Bônus Demográfico, onde a população em idade ativa supera à população dependente (0 a 14 anos e maiores de 65 anos), abrindo uma janela de oportunidades. Apesar das elevadas taxas de crescimento da população idosa estas são compensadas pelas taxas negativas de crescimento da população jovem, fazendo que o crescimento da população dependente (jovens + idosos) ainda seja inferior ao crescimento da população em idade ativa.	Apesar de ainda viver o bônus demográfico, há uma perspectiva de reversão sucessiva desse quadro a partir de 2038. Ou seja, como aponta Geraldo Marinho, o mercado da construção civil e imobiliário tem que se preparar para uma transformação que atenda ao novo perfil demográfico (refazer, reabilitar, recuperar).

FOR_INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO

IDEIA FORÇA	I- Intermittência no sistema de abastecimento de água em todo o município, mas principalmente nas CIS e demais áreas críticas com déficit de atendimento (Zonas Sudoeste, Norte e Oeste). Redução dos prazos para atingir a universalização.		
FOR			
Camada de leitura	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Sistemas de Abastecimento de Água	Oferta de água realizada a partir de uma série de sistemas integrados e, entretanto, persistem os sistemas isolados complementares. Convivência com situações de racionamento de água em períodos de seca devido à escassez de água no sistema. Comunidades em CIS que não recebem água diariamente	Possibilidade de garantir a segurança hídrica mediante utilização adequada dos aquíferos.	Populações nas CIS convivendo com déficit hídrico, em áreas com alta densidade populacional e prejuízos à saúde pública e a qualidade de vida. Déficit de água em áreas críticas de baixa renda: bairros de Sítio dos Pintos, Passarinho, Guabiraba, Macaxeira e Pau-Ferro na zona norte; Caçote e Curado na zona oeste e por fim, COHAB e Barro na região sudoeste
	Alto índice de e perdas de água na operação e na distribuição do sistema de abastecimento de água tratada, atualmente mensurada entre 64,3% a 45% contribui para a baixa segurança hídrica do sistema	A redução de perdas no sistema de distribuição poderá diminuir a necessidade de implantação de novos sistemas de abastecimento de água e a redução das perdas nos pagamentos pelo uso da água, além da redução do consumo por consumidores fora do controle de medição nos hidrômetros. Focar na adesão, compromisso, responsabilidade e participação da comunidade na cogestão e conservação das infraestruturas	
	A longo prazo poderá haver necessidade de novos sistemas de abastecimento.	Possibilidade de garantir a segurança hídrica mediante utilização adequada dos mananciais subterrâneos.	Altos investimentos em novos sistemas para garantir abastecimento de água a longo prazo. Riscos de salinização e perda de poços subterrâneos por falta de controle público e exploração na região costeira ao sul do Recife, nos bairros de Boa Viagem e Imbiribeira.

Interfaces com o Plano Diretor

- Diretrizes de uso e ocupação do solo nas áreas críticas de abastecimento devem respeitar a capacidade de suporte da infraestrutura ou indicar as necessidades de complementação da oferta para atender o aumento de demanda.
- Diretrizes ambientais e políticas públicas de conservação de água e consumo consciente
- Diretrizes para exploração de água subterrânea mediante controle público.
- Controle da exploração de água subterrânea em condomínios e edificações que utilizam poços de água subterrânea.
- Sistema condominial para a distribuição de água como diretriz do plano.
- Previsão de soluções urbanísticas, como o uso de galerias técnicas sob as calçadas, para reduzir o impacto das necessidades de substituição das redes antigas existentes na cidade e/ou ampliações do sistema de distribuição.

Diretrizes

- Implantação de Sistema de Informação e Controle sobre Poços de Água Subterrânea .
- Estudar as características hidrodinâmicas dos aquíferos em exploração para o abastecimento de água.
- Gerenciamento integrado considerando águas superficiais e subterrâneas, com a identificação das zonas críticas em relação à salinização, acompanhamento da evolução das manchas de salinização, e desenvolvimento e/ou adaptação de programas computacionais para modelagem de salinização para simulação do comportamento futuro da salinização, de acordo com o cenário planejado de recarga e de bombeamento poderão ser analisados os fluxos e as concentrações de sal no aquífero.
- Melhoria das condições de infraestrutura nas CIS e definição de metas para o atendimento no abastecimento de água e esgotamento sanitário dessas comunidades.
- Controle municipal sobre os resultados do PMSB com ações concedidas e delegadas sob a responsabilidade da COMPESA.
- Redução do percentual de perdas para a conservação dos recursos hídricos e otimização da capacidade do sistema de abastecimento de água na cidade do Recife.
- soluções urbanísticas como o uso das calçadas para reduzir o impacto das necessidades de substituição das redes antigas existentes na cidade e/ou ampliações do sistema de distribuição.
- Utilizar as unidades de distribuição como uma das bases para o planejamento territorial
- Protocolo de compromissos entre a COMPESA e o Município para vários aspectos: cumprimentos de metas de cobertura de abastecimento, resiliência de infraestruturas face a efeitos das mudanças climáticas, soluções integradas para a realização de obras de redes de distribuição.

IDEIA FORÇA	II- Cursos d'águas e praias poluídas, sobrecarga nos sistemas de drenagem pelas ligações irregulares de águas servidas. III-Redução dos prazos para atingir a universalização. do acesso ao saneamento básico para toda a população, e todos os bairros, como um dos objetivos estratégicos IV-Regulação pelo município para controle das metas e resultados do PMSB sob a condução da COMPESA		
FOR			
Camada de leitura	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Sistemas de Esgotamento Sanitário	Insuficiência na infraestrutura instalada e baixo índice de cobertura de esgotamento sanitário. De acordo com os dados do SNIS (MCidades), em 2016 o Município do Recife contava uma população atendida de 677.398 habitantes, e 44% de Atendimento Urbano de Esgoto, com o Índice de Atendimento Urbano de Esgoto ampliado em 11% em dez anos, de 2006 a 2016.	Dar maior eficácia ao sistema, reduzindo a ociosidade das ETES implantadas (duas grandes estações de tratamento de esgotos do Recife, Cabanga e Peixinhos) a partir da ampliação da conectividade das redes e otimização/ maior integração e controle dos sistemas condominiais.	Poluição das águas superficiais e perda de balneabilidade das praias, com reflexos em perdas econômicas no turismo e na saúde pública da população.
	Populações nas CIS convivendo com precariedade da infraestrutura de esgotamento	Reforço a utilização do sistema condominial para implantação das redes de esgotamento para atingir as metas de universalização.	Necessidade de complementação do sistema para atingir aproximadamente 90% de coleta com gastos de cerca de 900 milhões de reais. Atlas ANA 2015.
	Necessidade de alto grau de investimento para solucionar o déficit existente.	Manutenção da estrutura das unidades de coleta (UCs) instituídas e implantadas para racionalizar o sistema de esgotamento sanitário e para estabelecer interfaces com o planejamento territorial e o uso do solo.	

Interfaces com o Plano Diretor

- Avaliação da situação atual de implantação do plano de saneamento básico e o grau de atendimento de metas de ampliação da cobertura deverão ser discutidas e sistematizadas com a COMPESA.
- Objetivos do Plano Diretor de Recife em relação à qualidade ambiental, a saúde pública e a implementação do turismo.
- Protocolos entre a Compesa e o Município em relação à: cumprimentos de metas de cobertura de esgotamento, resiliência de infraestruturas face a efeitos das mudanças climáticas, soluções integradas com menor impacto para a implantação de obras de redes de distribuição.

Diretrizes

- Melhoria das condições de infraestrutura dos sistemas de esgotamento nas CIS com insuficiência da rede geral de esgoto (Em aproximadamente 70% das áreas). Definição de metas específicas para as CIS.
- Avaliação dos resultados da adoção do Sistema Condominial que não foi realizada no âmbito do PMSB de 2014.
- Avaliação da integração do modelo condominial de redes de coleta em relação ao sistema convencional de esgotamento.
- Redução de ociosidade nas ETES implantadas e ampliação na conectividade das redes, coletores, e estações elevatórias.
- Controle municipal sobre os resultados da implantação das obras e metas do PMSB com ações delegadas sob a responsabilidade da COMPESA no âmbito da PPP de Saneamento Básico.
- Soluções urbanísticas como o uso das calçadas para reduzir o impacto econômico e urbano das necessidades de substituição das redes antigas existentes na cidade e/ou ampliações da rede de esgotamento.

IDEIA FORÇA	V-Reconhecer o sistema de drenagem e o sistema ambiental como um dos sistemas estruturadores do território VI- Tratamento ao sistema de drenagem por meio dos princípios da infraestrutura verde e como elemento fundamental para ampliar a resiliência urbana da cidade.			
FOR	Camada de leitura	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Sistema de Drenagem		Peculiaridades geográficas para a sustentabilidade do seu sistema de drenagem. Estuário dos rios com baixas cotas em relação ao nível do mar, áreas planas, lençol freático próximo à superfície e aflorante na estação chuvosa, influência dos níveis das marés, são características naturais que dificultam o escoamento e a drenagem.	Mudança do conceito em relação a drenagem urbana, para reconhecer o sistema hídrico-ambiental da cidade como estruturador do território. Plano de A Adaptação às mudanças climáticas em elaboração na PCR.	Riscos de inundação e redução da resiliência da cidade às mudanças climáticas. Ausência do plano de Adaptação às mudanças climáticas Custos elevados com obras relacionadas
		O sistema de drenagem do Recife é prejudicado devido à prática de canalização de riachos urbanos	Abandonar o conceito higienista de afastamento e implantar o conceito ambiental de reconhecer o sistema de macro e microdrenagem como estruturador da urbanização da cidade.	
		Ocupação das margens de cursos d'água por construções regulares e irregulares, alta taxa de impermeabilização do solo, destinação inadequada dos resíduos sólidos e carência de redes no sistema de esgotamento.	Fortalecimento da infraestrutura verde formada pelos Rios, Canais e Matas Ciliares e Manguezais, aliada a uma política de recuperação das várzeas, e dos conectores ambientais.	
		Utilização inadequada dos cursos d'água, canais de drenagem como condutores de esgoto e resíduos.	melhoria da qualidade das várzeas e margens, e de ações de micro drenagem nos lotes.	
		Investimentos em grandes obras estruturais para controle de cheias e inundações.	Campanhas educativas sobre conservação da drenagem natural e coibir praticas inadequadas	Populações de baixa renda sob risco constante de inundações.
		Implantar o Plano de Drenagem. e o Projeto Parque Capibaribe		

Interfaces com o Plano Diretor

O Plano Diretor de Drenagem em elaboração trabalha na direção adequada com o conceito de reconhecer, recuperar e fortalecer a Infraestrutura Verde: composta pelos pelo sistema hídrico e sistemas verdes do Município.

- As medidas de controle na fonte são as medidas de drenagem exercidas nos lotes. O objetivo é tornar os lotes particulares partícipes e unidades do sistema.
- Definição de taxas de permeabilidade adequada na nova LPUOS. Legislação de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo. Determinar um potencial mínimo de infiltração, limitar as vazões de saída de lotes, caixas de retenção, entre outras medidas que buscam evitar e mitigar os efeitos das enchentes.
- Implantação de Conectores Ambientais e Parques Lineares ao longo dos rios e canais e fortalecimento de corredores ecológicos e caminhos verdes – articulados às UCs urbanas e demais UP do SMUP.

Diretrizes

- Elaboração de uma política urbana e ambiental de recuperação de várzeas que busque o equilíbrio entre questões ambientais e sociais.
- Recuperar e preservar às Áreas de Preservação Permanente (APP) urbanas, de modo compatível com as ZAN, e as áreas de conservação de drenagem do PMDU. Assim como com as propostas do Projeto Parque Capibaribe.
- Aproveitamento das oportunidades para recuperação ambiental e urbanística geradas pela situação dos 34% do total de canais que ainda se encontram em boas condições naturais e que não foram canalizados, dos quais boa parte tem suas margens invadidas por edificações irregulares.
- Implantação do Plano Diretor de Drenagem e das medidas estruturais propostas de modo articulado com Projeto Parque Capibaribe e demais legislações incidentes nas bordas dos cursos d'água.
- Reconhecer os lotes particulares como unidades do sistema de micro drenagem e determinar potencial mínimo de infiltração, limitar as vazões de saída de lotes, entre outras medidas que buscam evitar e não corrigir as enchentes. Definir medidas de incentivo ambiental no âmbito do Plano Diretor.
- Critérios para uso e ocupação do solo que tenham em seus objetivos o cuidado com os impactos da impermeabilização do solo.
- Fixar critérios para obras de infraestrutura de modo a reduzir a interferência de outros serviços da infraestrutura urbana, como pavimentação ou abastecimento de água e esgotamento sanitário, respeitando a interface com o sistema de drenagem.
- Recuperação da infraestrutura verde como forma da cidade do Recife enfrentar a problemática das cheias e a ampliar sua resiliência para os efeitos prognosticados pelas mudanças climáticas.

IDEIA FORÇA	VII-Ampliar as metas de reciclagem e redução da geração de resíduos sólidos com participação de catadores autônomos ou cooperativados, e ampliar a adesão da política municipal às diretrizes da política nacional de resíduos sólidos.		
FOR			
Camada de leitura	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Resíduos Sólidos	Complementar as demandas de tratamento e disposição final dos resíduos sólidos.	Fortalecer consórcios intermunicipais para o tratamento integrado de resíduos sólidos.	Poluição e assoreamento de canais de drenagem por deficiências no sistema de coleta e pela cultura de tratamento dos canais de drenagem como área para descarte de resíduos.
	Baixo grau de coleta seletiva e baixo grau de participação de catadores autônomos no sistema.	Campanhas de redução da geração de resíduos na fonte e investimentos em educação ambiental.	Grandes agentes geradores de resíduo, e potencialização dos problemas de cheias e inundações.
	Geração per capita de Recife (1,5 kg/hab/dia) está acima da faixa utilizada para a geração per capita do Brasil (de 0,80 a 1,0 kg/hab/dia) para cidades até 5 milhões de habitantes	Requerer que indústrias sejam responsáveis pelos resíduos gerados (logística reversa) e outros mecanismos da política nacional de resíduos sólidos	Necessidade de altos investimentos em tratamento final de resíduos devido ao baixo grau de reciclagem e minimização de geração de resíduos.
	Baixo grau de inserção dos catadores no sistema de reciclagem de resíduos	Ampliar as política e metas de coleta seletiva e reciclagem no município com participação dos catadores autônomos	

Interfaces com o Plano Diretor

- Previsão de espaços para transbordo de resíduos sólidos, devido os aterros sanitários estarem muito distantes da capital – Candeias e Goiania.
- Fortalecimento do Plano de Resíduos Municipal e respectivas diretrizes

Diretrizes

- Campanhas para reciclagem no domicílio e para redução do alto volume de geração de resíduos domésticos per capita
- Definir metas para ampliar o potencial de compostagem de resíduos orgânicos.
- Ampliar o sistema de coleta seletiva de resíduos possíveis de reciclagem com maior envolvimento dos catadores autônomos.
- Mitigação por meio de captura e neutralização do metano decorrente das emissões de biogás dos aterros sanitários por meio de alternativas tecnológicas adequadas, nos termos da política municipal de mitigação às mudanças climáticas.
- Ampliar a aderência da política municipal de resíduos à política nacional de resíduos sólidos.

FOR_HABITAÇÃO

FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Habitação	Aumento, ao longo dos anos, das ocupações irregulares e do percentual da população vivendo em assentamentos precários	Elaboração do PLHIS, com indicação de diretrizes e metas para habitação de interesse social no município	Pressão sobre áreas públicas e áreas de preservação permanente
	Precariedade da infraestrutura nas Comunidades de Interesse Social	Existência de informações sobre Comunidades de Interesse Social, proveniente do Atlas das Infraestruturas Públicas em Comunidades de Interesse Social, que dotou o município de um vasto inventário das Comunidades de Interesse Social, com uma base de dados constitui uma importante ferramenta para a definição de ações e estratégias territoriais para a gestão dessas áreas	Aumento do número de acidentes e doenças tendo como causa a habitação precária e em área de risco
	Pressão imobiliária sobre o grande número de pequenas Comunidade de Interesse Social pulverizadas entre os bairros onde a população possui o maior poder aquisitivo	Possibilidade de ampliação do número de ZEIS a partir dos dados existentes e dos esforços de cooperação entre Governo do Estado e Prefeitura do Recife	Ampliação da segregação socioespacial e aumento dos deslocamentos pendulares
	Precariedade da infraestrutura somada à alta densidade construtiva e populacional das áreas de ZEIS, implicam, para sua reurbanização, a remoção de parte destes domicílios	Imóveis e áreas vagas que podem acomodar parte dessa população	Continuidade do ciclo de pobreza municipal e manutenção de elevado percentual de pessoas vivendo em assentamento precários
	Precariedade dos Conjuntos Habitacionais de Interesse Social. Ineficiência de investimentos públicos na construção de HIS (tendo em vista o déficit de 7.160 UHs para provisão e, por volta de, 260 UHs para adequação.	Necessidade de instituir os conjuntos habitacionais como ZEIS para que estes possam ter acesso ao fundo do PREZEIS e serem recuperados, regularizados. Necessidade de um banco de terras para provisão de moradias – ZEIS 2.	Continuar o processo de enfraquecimento e ausência de orçamento para o PREZEIS

FOR_ PATRIMÔNIO

<p>IDEIA FORÇA</p>	<p>I-Fortalecer / Aplicar o conceito contemporâneo de patrimônio cultural. Paisagem como Patrimônio. II- Prever no âmbito do Plano Diretor, uma Política Pública de Preservação do Patrimônio Cultural, acompanhada de um Plano de Preservação do Patrimônio Cultural, com diretrizes para a delimitação, ampliação e reconceituação do patrimônio cultural. ZEPH/IEPs III-Estimular apropriação pública e induzir diversidade de usos e de faixas de renda nas áreas históricas e simbólicas da cidade</p>		
<p>FOR Camada de leitura</p>	<p>Fragilidades</p>	<p>Oportunidades</p>	<p>Riscos para o município</p>
<p>Patrimônio Cultural</p>	<p>Legislação insuficiente para garantir controle <i>nas</i> e <i>sobre</i> áreas protegidas (fiscalização, aprovações e aplicação de penalidades), e insuficiente para garantir a gestão (técnica e financeira) das mesmas.</p> <p>Quantidade considerável de áreas e imóveis de interesse cultural ainda não protegidos; Algumas áreas e imóveis de preservação, encontram-se abandonados ou vazios, e correm riscos estruturais, sofrendo processos de degradação. Grande quantidade de imóveis subutilizados (e em deterioração física) em áreas históricas.</p> <p>Estrutura institucional insuficiente (pessoal e recursos) e frágil operativamente (regulação e força política do tema); Falta de parâmetros construtivos, de critérios mais claros e de aplicação mais direta; Dificuldade técnica e legal para a fiscalização das áreas protegidas e penalização de infratores; Nível de exigência para proprietários e projetos não oferece contrapartida equilibrada ou estímulos reais para investimento nas áreas protegidas;</p>	<p>Regulamentação de uma Política e Plano de Preservação no novo Plano Diretor que garanta o arcabouço legal de preservação cultural, em conjunto com o planejamento e desenvolvimento urbano. Possibilidade de criação de fundo próprio (percentual de participação no Fundo de Desenvolvimento Urbano) a partir dos instrumentos de financiamento da função social, devidamente regulamentados. Instituição da Câmara Técnica de Patrimônio Histórico e Cultural ligada ao Conselho da Cidade</p> <p>Áreas históricas como eixo de desenvolvimento urbano; Infraestrutura existente em áreas historicamente consolidadas; Existência de instrumentos coercitivos da função social (PEUC, IPTU P, Arrecadação de Imóveis etc) Possibilidades de associação de moradia às áreas históricas a partir de incentivos legais e utilização de fundos específicos (diversas faixas de Renda). Uso contínuo induz vitalidade ambiental e econômica (efeito multiplicador positivo); Possibilidade de associar fundos e financiamentos provenientes de TDC (e outros) para induzir usos; Necessidade de linhas de financiamento oriundas das três esferas de gestão. Possibilidade de criar legislação específica para retrofit.</p> <p>Possibilidade de convênios para estudos específicos e assistência técnica especializada; Plano de Preservação em elaboração pelo DPPC atualiza e complementa dados sobre áreas protegidas e de interesse; Aplicação dos instrumentos (transferência/ IPTUp), para subsidiar Plano de Gestão; Possibilidade de flexibilizar parâmetros de preservação por área (APÓS ESTUDOS ESPECÍFICOS);</p>	<p>Não regulamentação do Plano de Preservação Cultural em todas suas instâncias e não utilização percentuais específicos para financiamento do quadro de degradação (fundo próprio de preservação); Não continuidade dos Programas e Planos em relação à alternância política.</p> <p>Reação contrária por parte de setores (sobretudo construção civil); Necessidade de fortalecimento institucional; Habitação em áreas históricas (sobretudo àquelas destinadas à interesse social necessitam prever fundos de manutenção. Apelo turístico, não pode tratar as áreas históricas como ‘maquiagem’.</p> <p>Necessidade de implementação da Política e Plano de Preservação requer estrutura (institucional) e visão de longo prazo para reverter um cenário historicamente consolidado; Sobreposição institucional e aumento da burocracia em caso de não implementação TOTAL das ações de preservação; O tempo demandado para a elaboração de um diagnóstico profundo concorre para o risco de degradação.</p>

FOR_ SISTEMAS DE MOBILIDADE, TRANSPORTES E ACESSIBILIDADE

IDEIA FORÇA			
I – Sistema Estrutural Integrado de Transporte Público (SEI): considerado adequado na espacialização do atendimento, mas ainda com vários investimentos por fazer de forma a consolidar o sistema, e implantar mais corredores exclusivos de transporte de massa, otimizando os tempos de viagem.			
FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Infraestruturas de Mobilidade: Sistema de Transportes Públicos	<p>Sistema de transporte público com baixíssima velocidade operacional; Redução da demanda do transporte público pela perda para os deslocamentos em modos privados, principalmente motocicletas.</p> <p>Sistema metroferroviário operando no limite da capacidade e em condições de degradação acentuada.</p> <p>Corredores BRT incompletos e operando em vários segmentos em tráfego misto; O conforto térmico e a falta de ar condicionado na maioria dos veículos são alvo constante de reclamações dos usuários cativos do sistema.</p> <p>Deficiências na fiscalização do tráfego, principalmente nas faixas exclusivas de ônibus.</p> <p>Tarifa do transporte público fortemente dependente da contribuição dos usuários (a maioria de baixa renda), com tendência de alta pela elevação dos custos e carente de subsídios públicos e privados.</p> <p>Parte considerável dos moradores em áreas de morros tem grandes dificuldades em acessar o transporte público.</p>	<p>Evolução do SEI mantendo a lógica da rede integrada com tarifa única em toda RMR, mas admitindo novos arranjos com integração temporal e fora dos terminais.</p> <p>As vias arteriais existentes, pela sua articulação metropolitana, e desde que adaptadas, segundo corredores de transporte público- em linhas perimetrais troncais de média capacidade-, podem constituir importe rede de transportes públicos e melhoria da acessibilidade geral da cidade (ver Plano de Mobilidade , PCR, 2018)</p> <p>Aproveitamento os instrumentos da Política Nacional de Mobilidade Urbana- LEI Nº 12.587, DE 3 DE JANEIRO DE 2012 – deve-se buscar a contribuição de beneficiários indiretos para financiar o transporte público.</p> <p>Aproveitar os bons resultados das faixas exclusivas (faixas azuis) e a relativa aceitação pública da medida para expandir para todos os demais corredores, que ainda não contam com prioridade para os ônibus no fluxo.</p>	<p>A demora em implantar políticas de melhorias do transporte público com foco no cidadão, reduzirá ainda mais a demanda estimulando modos privados e alternativos de transporte.</p> <p>A falta de investimentos em recursos de custeio poderá ampliar a degradação e até levar à paralisação do metrô, com irreparáveis consequências para a mobilidade na cidade.</p> <p>A demora na definição de um modelo de financiamento sustentável e justo dos transportes públicos continuará sacrificando os usuários mais pobres e impedindo a modernização e melhoria dos serviços.</p> <p>Sem melhores condições de transportes públicos o tráfego da cidade, já considerado o pior do Brasil, tende a aumentar ainda mais os congestionamentos, com sérias consequências sociais e econômicas para a cidade.</p> <p>A falta de políticas voltadas para o deslocamento das mulheres e o segmento LGBT pode diminuir oportunidades de trabalho, estudo e lazer dessas pessoas.</p>
IDEIA FORÇA			
II – O sistema de vias oferece uma boa acessibilidade, mas os baixos níveis de serviço geram baixa qualidade de atendimento e problemas de conectividade urbana.			
FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Infraestrutura de Mobilidade: Sistema Viário Arterial Metropolitano	<p>Ocupações marginais desfiguram as funções arteriais das vias e reforçam suas disfuncionalidades.</p> <p>Inadequação das características viárias geométricas e de sinalização, principalmente nas travessias urbanas que permanecem com padrões de rodovias rurais (BR 101; PE 232), gera congestionamentos e conflitos entre tráfego local e de passagem com mais riscos de acidentes.</p> <p>Dificuldades de ampliar a capacidade de alguns trechos viários pela elevada densidade de ocupações às margens das rodovias.</p> <p>A falta de um arco rodoviário que conecte as principais rodovias de acesso à RMR e desvie o tráfego de passagem das vias arteriais secundárias;</p> <p>Conflitos de competência na gestão do uso do solo marginal e na fiscalização do tráfego agravam as condições de circulação.</p> <p>Estado de conservação precário das vias pelo excesso de tráfego sem um sistema de gestão rodoviária eficiente, tanto ano nível estadual quanto federal.</p> <p>O baixo nível de serviço das vias que dão acesso ao Porto do Recife contribui para sua perda de competitividade e para um processo de perda de importância nos últimos anos.</p>	<p>A acessibilidade propiciada por rodovias estaduais e federais, , que convergem ou tangenciam a RMR, e que se complementam com as vias radiais, que adentram a cidade, abre possibilidades de fluxos socioeconômicos intensos entre os municípios vizinhos.</p> <p>A legislação proposta no Estatuto das Metrôpoles traz de volta a obrigatoriedade dos planos metropolitanos que visam ao desenvolvimento metropolitano integrado, em especial na área de infraestrutura de mobilidade e de transportes.</p>	<p>Problemas institucionais e políticos na gestão das infraestruturas de interesse metropolitano levam à perda de oportunidades de implantar ações planejadas para o sistema viário e de transportes metropolitano por problemas de gestão jurisdicional desalinhadas da lógica metropolitana.</p> <p>A ausência de uma governança metropolitana para os sistemas de infraestrutura integrados, produz precariedades de várias ordens: desde a integração de modais até os pavimentos e suas infraestruturas complementares que comprometem a fluidez e a segurança do tráfego para os usuários.</p>

IDEIA FORÇA			
III– Estrutura viária deficiente e incompatível, com vias projetadas que nunca saíram do papel e várias outras com dificuldades relativas ao espaço para implantação.			
FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Infraestrutura de Mobilidade: Sistema Viário Arterial Municipal	<p>Estrutura viária deficiente e incompatível com as demandas de mobilidade comprometem a qualidade de vida de todos, especialmente dos que utilizam o transporte público.</p> <p>Vias com funções arteriais e coletoras sem as características geométricas e funcionais normalmente esperadas para esses tipos de vias;</p> <p>Elevada densidade de ocupação nas bordas das vias, acompanhada de alto custo da terra, o que inviabiliza intervenções para aumento da capacidade, e para acomodar adequadamente pedestres, ciclistas e transporte público.</p> <p>Concentração de fluxos paralelos à diretriz do Rio Capibaribe (binários Av. Rosa e Silva, Av Rui Barbosa), e consequentes congestionamentos, pela pequena quantidade de pontes existentes.</p> <p>Vias com muitos pontos vulneráveis a eventos extremos pluviométricos que comprometem a mobilidade urbana.</p> <p>Pela característica preponderante do Recife de se situar em planície costeira, há certa dificuldade em escoar águas pluviais, comprometendo a qualidade e a durabilidade dos pavimentos exigindo elevados custos de restauração.</p> <p>Muitas vias do município são utilizadas para estacionamento de veículos, o que diminui o espaço viário e, conseqüentemente, o fluxo e o nível de serviço das mesmas, ao mesmo tempo, que muitas delas também não possuem calçadas adequadas.</p>	<p>Aproveitar a prática tradicional de uso de pavimentos rígidos de concreto em diversos corredores arteriais do Recife garante maior vida útil e menores custos de conservação.</p> <p>A tendência no Recife da aceleração do uso misto do solo e da distribuição da oferta de atividades de comércio e serviços em várias áreas da cidade, tendem a reduzir a demanda por viagens mais longas, favorecendo caminhadas ou o uso da bicicleta, com possibilidade de diminuição das viagens motorizadas para trabalho e compras.</p> <p>Ampliar a experiência bem-sucedida em elevar a velocidade média do transporte público pela implantação das faixas exclusivas denominadas faixa azul (BRS) em segmentos de vários corredores. Esta meta pode chegar aos 50 km preconizados pelas propostas do Recife 500 anos.</p> <p>Aprovar uma política de aumento de preços dos estacionamentos rotativos na cidade como instrumento de incentivo ao uso democrático do espaço público em paralelos ao incentivo de estacionamentos públicos e privados verticalizados.</p>	<p>As tendências modernas de ampliação dos espaços nas vias para o transporte público e para os modos ativos (caminhadas e bicicleta) poderão sofrer pela restrição de espaços e por pressões políticas para manter o <i>status quo</i> do carro.</p> <p>Aumento de congestionamentos com redução de demanda por transporte público poderão degradar ainda mais a mobilidade com reflexos na dinâmica econômica da cidade.</p> <p>Falta de regulamentação dos serviços de transporte em áreas de morro, notadamente os mototáxis, podem prejudicar a segurança e o deslocamento de importante parcela da população.</p>
IDEIA FORÇA			
IV– o sistema de ciclofaixas móveis aos domingos e feriados é um grande sucesso em termos de lazer, mas a falta de estruturas permanentes faz com que, na prática, o ciclismo tenha baixa adesão de usuários no seu dia-a-dia.			
FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Infraestrutura de Mobilidade: Sistema Cicloviário	<p>Elevados índices de violência urbana e no trânsito.</p> <p>Deficiências nas redes de infraestruturas cicloviárias em extensão e conectividade;</p> <p>Condutores de veículos ainda despreocupados e despreparados para o convívio com os ciclistas; e despreparo de muitos ciclistas para conviver com o pedestre.</p> <p>A carência de locais adequados e seguros para a guarda das bicicletas funciona como um desestímulo ao uso cotidiano;</p>	<p>Topografia predominante plana da cidade favorece o ciclismo.</p> <p>A alta densidade urbana do Recife favorece menores extensões de viagens, que por sua vez são compatíveis com distâncias cicláveis (até 7,5km).</p> <p>A existência de um plano cicloviário metropolitano com 590 km de ciclovias, ciclofaixas ou ciclorrotas a ser seguido.</p> <p>Clima Favorável ao ciclismo (período de chuvas concentrado em 4 meses por ano).</p> <p>Experiências bem sucedidas atraindo públicos novos para o ciclismo nas faixas de lazer nos finais de semana e feriados.</p> <p>Experiências bem-sucedidas de Traffic Calming (Zona 30 KM) na Rua Madre de Deus no Recife Antigo podem estimular a sua replicação a outras áreas da cidade, atraindo assim mais ciclistas.</p> <p>O projeto do Parque Linear do Capibaribe representa um grande potencial para a expansão do uso de modos ativos de deslocamento na cidade do Recife.</p> <p>Ampliar o programa de bicicletas compartilhadas BikePE também para os bairros de população de baixa renda.</p>	<p>Da eficiência dos projetos, da implantação e da gestão de uma rede ciclável depende o sucesso desse modo de transporte.</p> <p>Agravamento nas condições de segurança pública poderão criar barreiras a uma maior adesão ao modo bicicleta de forma cotidiana.</p> <p>A não democratização e simplificação dos programas de bicicletas compartilhadas resultará na perda da oportunidade de atender demandas sociais importantes e ampliar resultados.</p>

IDEIA FORÇA	V – Baixa qualidade na maioria dos grandes corredores e pouco respeito da população ao pedestre.		
FOR	Fragilidades	Oportunidades	Riscos para o município
Camada de leitura			
Infraestrutura de Mobilidade: Sistema de Calçadas para Pedestres	<p>Legislação aponta o proprietário ou ocupante do lote como o responsável pela construção e manutenção da calçada, retirando do poder público a obrigação de cuidar desse espaço público essencial para todos.</p> <p>Árvores de grande porte ocupam parte considerável do espaço de circulação em muitas áreas da cidade e muitas vezes suas raízes desnivelam ou destroem parcialmente os passeios.</p> <p>A construção de rampas para acesso de veículos nos passeios, sem observância à legislação, muitas vezes com desníveis acentuados.</p> <p>Em vários estabelecimentos, os estacionamentos internos invadem parcial ou totalmente os passeios.</p> <p>Falta uniformização para a localização de postes, que muitas vezes impedem o fluxo normal das pessoas especialmente nas travessias.</p> <p>Ocupação de passeios público por comércio fixo ou ambulante, principalmente em locais de grande fluxo de pessoas, principalmente no centro do Recife ou no entorno de mercados públicos nos centros secundários.</p> <p>Parte considerável da população que vive em morros está alijada de receber tratamentos de acessibilidade universal em suas infraestruturas de circulação de pedestres.</p>	<p>Extensas áreas da cidade são bem arborizadas, o que propicia sombreamento adequado para o conforto térmico em caminhadas.</p> <p>A topografia plana da cidade facilita maiores caminhadas sem grande esforço físico.</p> <p>O uso do solo misto e denso como tendência consolidada em vários bairros do Recife, fará com que mais pessoas passem a caminhar e dessa forma reivindicuem melhores calçadas.</p> <p>Ampliar o programa Calçada Legal para todos os corredores de transportes e os entornos dos centros secundários de comércio e serviços.</p> <p>O projeto Parque Capibaribe, quando implantado, estimulará caminhadas em áreas sombreadas ao longo dos 30 km de margens do rio.</p>	<p>O não cumprimento da legislação sobre acessibilidade universal poderá ser judicializada em desfavor da Prefeitura.</p> <p>A inexistência de passeios adequados e acessíveis pode comprometer a política de TOD, baseada em transporte ativo.</p> <p>Redes de calçadas precárias e não acessíveis continuarão a produzir exclusão social das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.</p> <p>Condições de segurança pública precárias também funcionam como empecilho para muitas pessoas fazerem seus deslocamentos a pé.</p>

FOR_INSTRUMENTOS (*neste item, excepcionalmente, devido às suas especificidades, as Fragilidades foram substituídas por FORÇAS)

FOR	Força	Oportunidades	Riscos
Camada de leitura			
Instrumentos	<p>Instituir a outorga onerosa do direito de construir no Plano Diretor, com os seguintes elementos, além dos previstos no Estatuto da Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ CUT básico igual a 1. ▪ CUT máximos por zonas. ▪ Fórmula de cálculo da contrapartida. ▪ Previsão de percentual mínimo de destinação de recursos para HIS, preferencialmente para aquisição de imóveis em ZEIS localizadas em áreas vazias e subutilizadas. ▪ Não permitir o pagamento de contrapartida em obras, com intuito de garantir o caráter distributivo do instrumento. 	<p>Contribuir com o financiamento do desenvolvimento urbano, especialmente com programas de HIS.</p> <p>Contribuir com a indução das estratégias de desenvolvimento urbano definidas na revisão do PD 2018.</p> <p>Exercer função pública de justa distribuição dos benefícios decorrentes do processo de urbanização, e de evitar efeito de renúncia fiscal.</p>	<p>Se for mal calibrada, pode gerar impacto na atividade imobiliária, dificultando a aprovação do plano e desmobilizando investimentos imobiliários futuros.</p> <p>Se não for instituída, reduz o potencial de obtenção de recursos para financiamento do desenvolvimento urbano (especialmente aquisição de imóveis para HIS), e compromete a função pública de justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização.</p>
	<p>Desenvolver uma estratégia alternativa à urbanização e regularização de assentamentos precários para promover a produção habitacional nas áreas urbanas com infraestrutura, serviços e empregos. Para tanto, há um conjunto de instrumentos a serem instituídos e ou fortalecidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Instituir nova modalidade de ZEIS para imóveis vazios e subutilizados. ▪ Fortalecer os instrumentos coercitivos de utilização obrigatória de imóveis subutilizados, e ou vazios (PEUC, IPTUp e Arrecadação ou Desapropriação sanção). ▪ Instituir a contribuição de HIS em grandes empreendimentos (Cota de solidariedade). ▪ Prever a destinação de recursos da Outorga Onerosa e Operação Urbana Consorciada para aquisição de imóveis em ZEIS localizadas em áreas vazias ou subutilizadas (formação de banco de terras e imóveis). ▪ Implementar instrumento recém aprovado de Arrecadação de Imóveis por Abandono, conforme o decreto (nº 31.671, de 10 de agosto de 2018, PCR). ▪ Instituir o instrumento de dação em pagamento para imóveis com dívidas acumuladas de IPTU. 	<p>Contribuir com a redução do déficit habitacional e com a viabilização do direito à cidade.</p>	<p>Se não for prevista tal estratégia, poderá ocorrer a intensificação das desigualdades sócio territoriais.</p>
	<p>Aprimorar a regulamentação da Operação Urbana Consorciada no Plano Diretor. Além dos requisitos obrigatórios do Estatuto da Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Vincular a operação urbana consorciada (OUC) à estruturação de projeto urbano com função estratégica para viabilizar objetivos do plano diretor. ▪ Prever territórios de incidência das operações urbanas consorciadas de forma mais alinhada à estratégia de desenvolvimento urbano e ordenamento territorial do plano diretor. ▪ Definir mecanismos de inserção da população de baixa renda nos territórios das operações urbanas consorciadas, como a instituição de Zonas Especiais de Interesse Social e de percentual mínimo de destinação dos recursos auferidos através da contrapartida financeira para programas habitacionais de interesse social. 	<p>Contribuir na viabilização de ações estratégicas do Plano Diretor por meio de parceria entre Poder Público e iniciativa privada, sem dispêndio de recursos diretos do tesouro municipal.</p>	<p>Dificultar a permanência da população de baixa renda na área da operação urbana, caso não sejam adotadas estratégias de viabilizar programas de HIS.</p> <p>Concentrar recursos públicos e privados num determinado território, gerando intensa valorização dos imóveis, gentrificação, aumento das desigualdades sócio-territoriais.</p>
	<p>Aprimorar a regulamentação da transferência do direito de construir no Plano Diretor. Além dos requisitos obrigatórios do Estatuto da Cidade:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Definir o potencial construtivo passível de transferência (imóveis cedentes) e o potencial construtivo passível de ser recebido por transferência (imóveis receptores). ▪ Estipular regra de transferência que relacione o valor dos terrenos cedentes e receptores, de modo a imputar proporcionalidade da quantidade transferida conforme o valor do terreno. ▪ Definir se haverá a possibilidade de aplicação da transferência para a doação de imóveis ao Poder Público. 	<p>Compensar as restrições construtivas proporcionadas pelo acautelamento e pelo zoneamento ambiental em determinados imóveis e ao mesmo tempo contribuir financeiramente para as respectivas preservações cultural e ambiental.</p> <p>Servir de alternativa à desapropriação para a obtenção de imóveis envolvidos em intervenções públicas estratégicas (habitação e transporte público).</p>	<p>Inviabilizar a obtenção de recursos financeiros por meio da outorga onerosa do direito de construir, decorrente da opção em se utilizar a transferência (TDC) ao invés de pagamento de contrapartida financeira ao Poder Público.</p>

FOR Camada de leitura	Força	Oportunidades	Riscos
	<p>Aprimorar a regulamentação do PEUC, IPTU progressivo e desapropriação com pagamento em títulos da dívida pública no Plano Diretor.</p> <ul style="list-style-type: none"> Rever os conceitos de imóveis não utilizados e imóveis subutilizados adotados no plano diretor vigente, retirando a temporalidade (não utilização e/ou subutilização por mais de 5 anos), uma vez que tal requisito temporal é de difícil comprovação. Quanto ao conceito de imóvel não edificado, ponderar a utilização da dimensão do terreno. Não exigir a aplicação do PEUC em áreas de preservação ambiental ou onde não se pretenda intensificar o uso do solo. Explorar a aplicação do PEUC de forma mais alinhada à política habitacional e com maior foco de atuação nas áreas providas de infraestrutura, serviços públicos e empregos e também nas ZEIS que eventualmente forem demarcadas nestas áreas centrais. Prever que no caso da desapropriação com pagamento em título da dívida pública, o valor de indenização deverá refletir o valor da base de cálculo do IPTU, descontado o montante incorporado em função de obras realizadas pelo Poder Público e que também não deverá computar expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios. No caso de aplicação do Consórcio Imobiliário, prever que o valor das unidades imobiliárias a serem entregues ao proprietário pelo Poder Público será correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras e examinar as disposições da Lei Federal 13.465/2017 sobre o consórcio imobiliário. 	<p>Contribuir para viabilizar a habitação social em áreas centrais, providas de serviços públicos, infraestrutura e empregos.</p> <p>Reduzir a pressão por expansão urbana e pela ocupação de áreas ambientalmente frágeis, por meio da racionalização e maximização do uso da infraestrutura em áreas centrais.</p> <p>Contribuir com a função pública de viabilizar a adequada utilização de imóveis urbanos.</p>	<p>A não aplicação dos instrumentos pode gerar forte desequilíbrio no uso e ocupação do solo, e cada vez mais, pressão por expansão urbana e pela ocupação de áreas ambientalmente frágeis e/ou impróprias à urbanização, que comprometem a sustentabilidade ambiental e aumentam a necessidade de maiores investimentos públicos.</p> <p>Ao mesmo tempo, a não aplicação também pode comprometer a função pública de viabilizar a adequada utilização de imóveis urbanos.</p>
Instrumentos	<p>No caso do Direito de Preempção, além dos requisitos e procedimentos que constam do Plano Diretor vigente, recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> Definir os imóveis passíveis de incidência do direito de preempção, assim como as respectivas finalidades. Prever procedimento ágil de utilização de recursos do fundo de desenvolvimento urbano (ou de outra fonte orçamentária) para aquisição de imóveis via direito de preempção, como, por exemplo, a avaliação do valor do imóvel, a análise de viabilidade técnica e legal para a função pública prevista e a <i>due diligence</i>. 	<p>Facilitar a obtenção de imóveis para contribuir na viabilização de ações estratégicas do plano diretor.</p>	<p>A inadequada regulamentação e a elevada burocracia administrativa para viabilizar a aquisição de imóvel por compra direta pode inviabilizar sua aplicação.</p>
	<p>Quanto à disciplina da Lei de parcelamento, uso e ocupação do solo (LPUOS), cabe ao Plano Diretor:</p> <ul style="list-style-type: none"> Eliminar as sobreposições de normas existentes. Conceituar as zonas e os parâmetros para a sua posterior valoração e demarcação territorial na lei de zoneamento. Definir os parâmetros por macroáreas, e macrozonas (maiores compartimentos territoriais), especialmente os territórios de maior adensamento. Por exemplo, estabelecer coeficientes de utilização básicos e máximos e conceituar e demarcar área de influência do transporte público (se for o caso). Aprimorar a classificação e demarcação das ZEIS (incluir ZEIS em imóveis vazios e subutilizados, conjuntos habitacionais preexistentes etc). Aprimorar os parâmetros de controle da volumetria das edificações. Aprimorar o controle de impactos não somente pelo viés do impacto no tráfego, mas pelo impacto no traçado urbano e demandas geradas pelo porte do empreendimento (proporcionar melhor equilíbrio entre áreas públicas e privadas). Aprimorar a qualificação ambiental. 	<p>Definir elementos normativos essenciais para viabilizar a estratégia de desenvolvimento urbano e ordenamento territorial do Plano Diretor e orientar a posterior revisão da lei de zoneamento.</p>	<p>Se os elementos recomendados não forem previstos no Plano Diretor, este poderá perder sua eficácia no ordenamento territorial municipal a partir da estratégia proposta pelo próprio plano.</p>

FOR _ SISTEMA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA (*neste item, excepcionalmente, devido às suas especificidades, as Fragilidades foram substituídas por FORÇAS)

FOR	Força	Oportunidades	Riscos
Camada de leitura			
Sistema de Gestão	FÓRUM DO PREZEIS: Fortalecer o PREZEIS e manter a sua estrutura, composição e lógica de funcionamento.	Garantir que a principal instância de participação popular continue funcionando, com autonomia e orçamento próprios.	Inviabilizar a política de habitação de interesse social e o controle social conquistados há mais de 30 anos.
	CONSELHO DA CIDADE	Coordenar o processo participativo de revisão do Plano Diretor. Propor conteúdos para a revisão do Plano Diretor. Fiscalizar e monitorar a implementação do Plano Diretor. Opinar sobre prioridades de aplicação de instrumentos urbanísticos no território (como, por exemplo, os territórios de início da notificação para fins de Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios - PEUC). Opinar sobre a destinação de recursos do Fundo municipal de desenvolvimento urbano (e não somente fiscalizar a utilização dos recursos). Indicar membros para representação em outros conselhos, no que couber.	
	CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO URBANO	COMISSÃO DE CONTROLE URBANÍSTICO – CCU: manter a atribuição de aprovação do licenciamento de grandes obras e garantir apoio técnico ao CDU.	Fragilizar o Conselho da Cidade pelo seu distanciamento da análise, e deliberação de processos de produção e transformação da cidade.
	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO URBANO: criar conselho específico para acompanhamento da execução dos recursos do fundo, com participação paritária entre sociedade civil e Poder Público. O objetivo dessa medida é contribuir para o melhor aproveitamento e execução dos recursos do fundo. A decisão sobre prioridades de aplicação dos recursos caberia ao CONSELHO DA CIDADE	Fortalecer o controle social do fundo, numa perspectiva de seu fortalecimento.	Prejuízo na transparência e no controle social da destinação dos recursos do fundo quando da distribuição pelas rubricas predefinidas.
	CONFERÊNCIA DA CIDADE: aprimorar a regulamentação sobre aspectos deliberativos da conferência em relação às futuras revisões do Plano Diretor.	Garantir que o principal evento de participação social continue funcionando e seja fortalecido.	Enfraquecer o controle social.
	Aprimorar a transparência das informações sobre todos os órgãos colegiados, proporcionando maior integração das informações no portal da Prefeitura na internet.	Efetivar o controle social e maior transparência das informações.	Prejuízo na transparência e no controle social das ações relacionadas ao planejamento e gestão urbanos.
	Aprimorar o portal do planejamento urbano da Prefeitura do Recife, para que este passe a conter de forma integrada todas as informações sobre agenda de ações e eventos e sobre planos, projetos e a principal legislação urbana.		
Definir órgão responsável pelo planejamento urbano da cidade , inclusive com função de coordenação do Conselho da Cidade, do CDU, da CCU, do Fundo de Desenvolvimento Urbano, do Conselho do Fundo (se for criado), da Conferência da Cidade, de modo a conferir maior integração na coordenação das ações sobre o planejamento urbano.	Viabilizar condições administrativas institucionais para implementação do Plano Diretor.	Dificultar a implementação do Plano Diretor.	

